

Sai dinheiro dos royalties

AJ10.746

AGÊNCIA BRASIL



José Dirceu: liberação dos royalties para o Espírito Santo

Zota/Editoria de Arte

Petróleo

Com a medida assinada ontem por Lula, o Estado garante o pagamento dos salários atrasados

A medida provisória que autoriza o governo federal a comprar os royalties de petróleo do Espírito Santo foi assinada no início da noite de ontem pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A informação foi passada ontem pelo ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, ao governador do Estado, Paulo Hartung.

De acordo com o secretário de Estado da Fazenda, José Teófilo de Oliveira, a assinatura da medida provisória significa que o governo federal está concordando em comprar do Espírito Santo, através de operação de antecipação, os royalties de petróleo do Estado.

Com a assinatura do documento, o governo estadual vai encaminhar na próxima segunda-feira dois projetos para serem aprovados na Assembléia Legislativa. O primeiro projeto será para solicitar a autorização da operação, ou seja, para que o Legislativo concorde com a venda dos royalties ao governo federal. O segundo projeto é para modificar o fundo de aposentadoria.

De acordo com o líder do governo na Assembléia Legislativa, César Colnago, os projetos serão votados em caráter de emergência e tudo indica que a "aprovação acontecerá de forma unânime".

PAGAMENTO

De acordo com a negociação fechada com o governo federal, a liberação para o Estado será de R\$ 355 milhões com a antecipação dos royalties de petróleo. O montante será pago em cinco parcelas em um período de 18 meses, sendo que as duas primeiras parcelas serão utilizadas para quitar a dívida de salários atrasados com os servidores públicos.

Pelo anúncio do governo estadual, a proposta é utilizar os R\$ 51 milhões – oriundos do repasse de R\$ 40 milhões retidos na União como caução somados aos R\$ 11 milhões que deixarão ser pagos ao governo federal –, mais R\$ 145 milhões, que serão destinados ao Fundo de Previdência do Estado, para quitar a dívida com o funcionalismo, estimada em R\$ 234,3 milhões.

Segundo a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), o Estado ainda pretende completar, com a arrecadação estadual, o pagamento.

O secretário da pasta afirmou que o primeiro pagamento dos salários atrasados deverá acontecer na primeira quinzena do mês de julho. Pelo cronograma do Estado, a segunda e última parcela para a quitação da dívida atrasada acontecerá no mês de novembro.

COMO FICOU O ACORDO

R\$ 355 milhões

Este valor será repassado ao Estado em cinco parcelas, durante 18 meses. Corresponde à antecipação de parte dos royalties do petróleo dos próximos seis anos (de 2004 a 2010).

R\$ 130 milhões

Pelo acordo, o governo vai usar esse montante para amortizar a dívida com a União.

R\$ 51 milhões

É o que vai sobrar ao governo capixaba por quitar parte da dívida com a União. A soma é a seguinte: R\$ 40 milhões valor depositado na conta da União como "caução", que serão resgatados. E mais os R\$ 11 milhões, que seriam usados em outubro para pagar parcela da dívida, que vão permanecer no Estado.

R\$ 225 milhões

Este é o valor que deverá ser repassado para o Fundo de Previdência do Estado e corresponde à maior parte montante negociado (R\$ 355 milhões) a título de antecipação de royalties. A dívida do governo com o fundo é de cerca de R\$ 80 milhões.

R\$ 145 milhões

Este valor sobra para o Fundo de Previdência do Estado. Com isso, o caixa do governo ganha "oxigenação", reservando recursos para pagar a dívida com o funcionalismo público.

Arrecadação Para conseguir pagar os salários das folhas atrasadas referentes aos meses de novembro e dezembro de 2002, o governo vai contar também com a arrecadação própria.

Rotativo Com a chegada de mais recursos, o governo acredita que vai conseguir acelerar o pagamento dos rotativos até o final do ano.

Legislativo A Assembléia Legislativa terá que aprovar dois projetos para

autorizar as operações: venda dos royalties e transferência dos recursos para o Fundo de Previdência. Em Brasília será necessária a edição de uma medida provisória a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

Postos Foram vendidas as antecipações de royalties referentes aos postos já descobertos no Estado. Os novos campos petrolíferos que forem descobertos no futuro não estão incluídos.